

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****144ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 243/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 23546.102114-2023-26**Órgão: UNB – Fundação Universidade de Brasília****Requerente: R. L. L.****Resumo do Pedido**

O cidadão requerente solicitou a concessão de acesso (usuário externo) ao processo nº 00424.120741/2023-20, cadastrado no SEI da UNB, que trata de demanda relacionada ao concurso de Auditor Fiscal do Trabalho (AFT/MTE/2013), a fim de acompanhar o respectivo andamento processual e os documentos anexados.

Resposta do órgão requerido

A UNB respondeu, por meio de Nota Jurídica produzida pela PFFUB/PGF/AGU, que o processo nº 00424.120741/2023-20 refere-se às ações rescisórias ajuizadas para desconstituir acórdãos proferidos pelo TRF 1ª Região, que, na origem, julgaram improcedentes demandas que objetivavam a anulação dos itens 2.2 e 2.3 da Prova Discursiva do concurso para provimento do cargo de Auditor Fiscal do Trabalho, Edital nº 01/MTE, de 28/06/2013, e, via de consequência, a atribuição da respectiva pontuação integral aos autores, de forma a assegurar-lhes, na hipótese de aprovação, a participação na etapa subsequente do certame (sindicância de vida pregressa), inclusive a nomeação para posse e o exercício no cargo público pleiteado. A UNB acrescentou que foi incluído no dia 31/10/2023, nos autos do processo, relatório individual de cada interessado, o que reforça o caráter sigiloso das informações. O órgão destacou que as informações acostadas têm caráter de dado pessoal sensível, na forma do inciso II do artigo 5º da Lei nº 13.709/2018, não sendo cabível a sua reprodução, publicação ou disponibilização e/ou ao público comum, de maneira que a elas deve ser imposta restrição, possibilitando-se o acesso somente às autoridades competentes para a análise legal, em conformidade com o art. 7º da LGPD. O requerido destacou que o processo envolvia também direitos de propriedade intelectual como Tecnologia relativa a Sistemas de Informática, Sistemas de Segurança e Atestados de Capacidade.

Recurso em 1ª instância

O requerente reiterou o pedido inicial, apresentando argumentos para a motivação de negativa da UNB.

Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

O órgão requerido manteve o posicionamento inicial de indeferimento de acesso externo ao solicitante, em razão do caráter sigiloso e confidencial dos autos. Em relação à Investigação de Vida Pgressa, que poderia ser a próxima fase a qual seriam submetidos os candidatos, com a provável juntada de documentos a estes autos, a UNB esclareceu que esta possui caráter confidencial. Sendo, assim, um candidato não poderá ter acesso às informações do outro, haja vista que a referida fase visa avaliar o procedimento irrepreensível e a idoneidade moral inatacável dos candidatos inscritos no certame, não podendo tais informações confidenciais serem acessadas indiscriminadamente por todos, senão pelo próprio candidato ao qual pertencem referidas informações.

Recurso em 2ª instância

O requerente reiterou o pedido inicial, reiterando os argumentos para a motivação de negativa da UNB.

Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

O órgão ratificou que o pedido de acesso ao processo deveria ser indeferido, pois além de conter, naquele momento, documentos confidenciais no presente processo, posteriormente nele também constarão documentos relacionados à vida pregressa dos candidatos, sendo necessário, portanto, o sigilo de tais informações afins de proteger a privacidade dos próprios concorrentes ao cargo público almejado.

Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

O requerente reiterou o pedido inicial, reiterando os argumentos para a motivação de negativa da UNB.

Análise da CGU

Segundo a CGU, foram analisadas pormenorizadamente as comunicações entre recorrente e recorrido nas instâncias anteriores, a legislação aplicável ao acesso à informação e encaminhada solicitação de esclarecimentos adicionais para o recorrido, no intuito de verificar a possibilidade de atendimento total ou parcial ao presente pedido de acesso. A UNB teria imposto sigilo a todo o processo, por orientação da sua assessoria jurídica, além de buscar proteger expedientes contendo a estratégia de negociação nos acordos, tenham sido eles firmados ou não. A CGU, considerando as alegações do recorrido e para prover a instrução do recurso em 3ª instância, encaminhou solicitação de esclarecimentos para a UNB. A Procuradoria Federal junto à Universidade afirmou que as informações requeridas estão protegidas pelo sigilo profissional do advogado previsto no art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.906/1994 e pelo art. 22, da Lei nº 12.527/2011. A CGU buscou sua Consultoria Jurídica e manteve o entendimento de que houve manifestação expressa de advogado público e/ou membro da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, indicando a necessidade de restrição de acesso com base na inviolabilidade profissional do advogado, nos termos do Estatuto da OAB, reconhecendo a caracterização de sigilo específico, razão suficiente para a restrição base no disposto na LAI.

Decisão da CGU

A CGU decidiu pelo indeferimento do recurso, tendo em vista que sob às informações solicitadas, no órgão requerido, incide restrição de acesso fundamentada no art. 22 da Lei nº 12.527/2011 em conjunto com o art. 7º, inciso II da Lei nº 8.906/1994 e art. 19 da Portaria AGU nº 529/2016.

Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

O requerente reiterou o pedido inicial, reiterando os argumentos para a motivação de negativa da UNB.

Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade, cabimento e regularidade formal.

Análise da CMRI

Da análise dos autos, verificou-se que o órgão inicialmente informou que se trata de demanda judicializada, contendo informações pessoais, além de bens intangíveis, direitos de propriedade intelectual como Tecnologia relativa a Sistemas de Informática, Sistemas de Segurança e Atestados de Capacidade. Em seguida, alegou conter documentos confidenciais no presente processo, já que posteriormente passará a constar documentos relacionados à vida pregressa dos candidatos, sendo necessário, portanto, o sigilo de tais informações para proteger a privacidade dos próprios concorrentes ao cargo público almejado. Assim, para a devida instrução processual, nos termos do § 2º do art. 17 da Resolução CMRI nº 6/2022, foi realizada interlocução com a requerida, questionando se, tendo em vista o tempo decorrido, o processo judicial referente ao processo administrativo nº 00424.120741/2023-20 já havia sido concluído. Em retorno à diligência, a instituição prestou os seguintes esclarecimentos acerca da situação:

(...) as ações rescisórias alusivas ao concurso público para o cargo de auditor fiscal do trabalho, regido pelo Edital n. 1/MTE, de 28/06/2013, correm em segredo de justiça e ainda não houve o seu trânsito em julgado. No Processo em tela, a FUB e o órgão de representação judicial da PGF delineiam a sua estratégia de atuação e de defesa do interesse público nas ações rescisórias em tela. Depreende-se, assim, que a documentação o que constitui o referido processo administrativo detém nítido caráter preparatório, estando o seu sigilo respaldado pelo artigo 7º, §3º da Lei nº 12.527/2011 e artigo 20 do Decreto nº 7.724/2012. Portanto, até que seja concluída a apreciação judicial das ações rescisórias, com a prolação de decisão definitiva pelo juízo competente, tem-se por inviável a concessão de acesso ao Processo SEI 00424.120741/2023-20.

Desta afirmativa da instituição, esta Comissão conclui que o processo 00424.120741/2023-20 tem natureza preparatória para a tomada de decisão ou de ato administrativo, nos termos previstos no art. 3º, XII do Decreto nº 7.724, de 2012, e art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527, de 2011. Tão logo o ato decisório seja praticado, o acesso poderá ser disponibilizado, caso não haja outras hipóteses de sigilo.

Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, decide pelo conhecimento, e no mérito, pelo indeferimento do recurso, por tratar-se de informação com características de documento preparatório, fazendo incidir ao caso o art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527/2011 c/c o art. 20 do Decreto nº 7.724/2012.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 28/05/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 30/05/2025, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 02/06/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 02/06/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 02:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 04/06/2025, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS, Usuário Externo**, em 05/06/2025, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 05/06/2025, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 06/06/2025, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6672438** e o código CRC **0BA48F02** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0